



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

REQUERIMENTO N.º , DE 2016

(Do Senhor Pr. Marco Feliciano)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Ministro-chefe da Casa Civil.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeremos seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO Sr. **Luiz Inácio Lula da Silva**, Ministro-chefe da Casa Civil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Segundo reportagem publicada no dia 10 de Janeiro do corrente no portal online do jornal Estadão, conversas obtidas no celular do ex-presidente da OAS José Adelmário Pinheiro Filho, o Léo Pinheiro, indicam atuação do ex-ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, na intermediação de negócios entre a empreiteira e fundos de pensão.

Os diálogos obtidos pela reportagem indicam que o Sr. Jaques Wagner teria atuado para facilitar a aprovação final por parte da diretoria da Funcef (Fundação dos Economiários Federais – fundo de pensão da Caixa Econômica Federal) do aporte a ser realizado em fundo da OAS.

As conversas datam de julho de 2013. Passados quatro meses desta data, a diretoria executiva da Funcef aprovou a compra de cotas de até 500 milhões de reais em um fundo da empreiteira OAS (denominado FIP OAS Empreendimentos). A própria Funcef confirmou ao jornal o aporte de 200 milhões, com participações da ordem de 11,76% no FIP.

Ainda de acordo com a reportagem, no ano de 2012, ou seja, um ano antes, mensagens encontradas no celular do Sr. Léo Pinheiro já mostravam conversas sobre “fundos” com o Sr. Jaques Wagner. Dada a distância entre as duas conversas, fica claro que não se tratou apenas de um contato pontual entre os dois, o que nos leva a crer que a relação entre o Sr. Léo Pinheiro e o Sr.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Jaques Wagner teve um caráter continuado. Desta forma, não obstante o Sr. Jaques Wagner estivesse na condição de governador do estado da Bahia quando da troca das mensagens interceptadas, as evidências apontam no sentido de que tal intermediação possivelmente continuou durante a sua atuação como Ministro da Casa Civil.

Por esta razão, é imperativo averiguar se a atuação do Sr. Jaques Wagner manteve-se na esfera pessoal, ou se envolveu institucionalmente a Casa Civil no esquema de aplicação incorreta dos recursos de fundos de pensão.

Pelo exposto, faz-se indispensável aos andamentos dos trabalhos conduzidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito que seja ouvido o atual titular da pasta para prestar os devidos esclarecimentos no tocante à relação entre a Casa Civil e as irregularidades praticadas no âmbito dos fundos de pensão.

Sala das Sessões, em 16 de março de 2016.

DEPUTADO PR MARCO FELICIANO
PSC/SP